

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.590 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2002

Lula visita Congresso e diz que diálogo permanente é essencial



Menos de 48 horas depois da vitória, presidente da República eleito afirma que sucesso do governo exigirá entendimento

Luiz Inácio Lula da Silva visitou ontem o Congresso Nacional a fim de deixar claro que o entendimento com o Legislativo será fundamental para o sucesso de seu governo. O trajeto de Lula, da entrada subterrânea do Senado até o gabinete da Presidência, foi marcado pela emoção. Cerca de 500 pessoas o receberam, com aplausos e apertos de mão, na chapelaria e no Salão Azul.

Lula reuniu-se primeiramente com o presidente do Senado, Ramez Tebet, e vários senadores, que interromperam a sessão plenária e foram ao gabinete para desejar boa sorte ao presidente eleito. Tebet ressaltou que o Senado estará sempre aberto ao diálogo.

PÁGINA 5

Em companhia do vice-presidente eleito, senador José Alencar, Lula é recebido por Ramez Tebet, em meio a uma multidão de repórteres e admiradores

Projeto que unifica feriados é aprovado em comissão

A Comissão de Educação aprovou a proposta que unifica a legislação sobre feriados nacionais. Pelo projeto, os feriados serão comemorados nos dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. A comissão aprovou também o funcionamento de emissoras de rádio.

PÁGINA 8

História e cultura afro-brasileiras devem entrar no currículo escolar

O Senado aprovou ontem projeto que determina o ensino da história e da cultura afro-brasileiras nas escolas públicas e privadas. Estabelecimentos de ensino fundamental e médio deverão ministrar a disciplina. O projeto visa resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política.

PÁGINA 3



Líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento reuniram-se ontem à noite

PT quer mudar prioridades no Orçamento da União para 2003

PÁGINA 7

Comissão analisa relatório sobre São Francisco

Está marcada para as 14h30 de hoje reunião da comissão especial destinada a analisar projeto de conservação e revitalização do Rio São Francisco. Os parlamentares vão debater e votar o terceiro relatório parcial da comissão, que conclui pela apresentação de projeto com sugestões de mudanças na política nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

Presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a comissão especial também é responsável pela análise e o acompanhamento da instalação do Comitê de Bacia. Tanto o projeto de revitalização da bacia hidrográfica quanto o comitê foram instituídos por decreto no dia 5 de junho de 2001.

A comissão já realizou 19 reuniões e realiza mais dois encontros até o encerramento dos trabalhos, na primeira quinzena do mês de dezembro. O relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), deve apresentar relatório final em novembro.

Senado examina MP que permite parcelar débitos

A comissão mista especial que examina a Medida Provisória nº 38 será instalada hoje, às 11h. A MP dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários de estados, municípios e Distrito Federal, bem como de empresas públicas e privadas em processo de falência ou liquidação. A medida estabelece ainda regime especial de parcelamento da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

A MP também concede benefícios fiscais à instalação de indústrias e tratamento tributário isonômico entre a produção nacional e a importação de papel-jornal, além de alterar a legislação aduaneira e a relativa à cobrança de direitos anti-dumping.

Estudante carente poderá receber bolsa de estudo

Plenário examina projetos que responsabilizam Estado por pagamento de escola particular quando não houver vaga na rede pública

Os estudantes carentes cuja renda familiar não ultrapasse o limite vigente de isenção do Imposto de Renda (atualmente, renda mensal de R\$ 900) vão poder receber bolsas de estudo, concedidas pelo governo federal, para frequentar escolas privadas, comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que não encontrem vagas na rede pública de ensino, em suas áreas de residência. Isso é o que prevêem propostas que deverão ser examinadas pelo Plenário do Senado no dia 5.

As bolsas de estudos destinam-se ao custeio dos encargos cobrados pelas instituições de ensino mantidas pela iniciativa privada. Os custos educacionais a serem cobertos, contudo, não poderão ser superiores ao respectivo gasto por aluno na rede pública, estipulado com base nos valores apu-

rados no ano anterior ou previstos para o ano em curso.

Segundo as propostas, simultaneamente à concessão de bolsas de estudo, o poder público implementará medidas necessárias ao cumprimento da obrigação constitucional de investir prioritariamente na expansão da rede de ensino municipal e estadual.

Definidas as localidades com déficit de vagas na rede pública, o sistema de ensino competente organizará as listas de estudantes que, atendendo aos critérios fixados, receberão bolsas de estudo.

COMPLEMENTAÇÃO

As propostas prevêem ainda que nenhuma escola poderá cobrar dos bolsistas qualquer contribuição a título de complementação dos encargos educacionais, mesmo que a bolsa seja inferior aos valores praticados pela escola.

A primeira proposta sobre o assunto surgiu em 1998, na Câmara dos Deputados, tendo como autor o deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE). A matéria foi aprovada naquela Casa, sendo enviada ao Senado, onde já tramitava, desde 1999, projeto de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que trata do mesmo tema.

Por sugestão de Roberto Saturnino (PT-RJ), as duas proposições foram apensadas, passando a tramitar juntas no Senado, onde receberam substitutivos dos seus relatores nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE). Foram relatores, nessas comissões, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e os senadores Freitas Neto (PSDB-PI) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), respectivamente.

Projetos ampliam formas de acesso ao FGTS

Três projetos incluídos na pauta da reunião que será realizada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pretendem flexibilizar o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), permitindo o saque para a compra de microcomputador, de veículo ou de lote urbanizado.

A proposta que possibilita ao trabalhador movimentar a conta de FGTS para a compra de microcomputador é de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) e recebeu relatório favorável de Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). A que torna possível o uso do di-



Mozarildo propõe uso de recursos do fundo para compra de veículo



Proposta de Ornélas estabelece possibilidade de aquisição de computador

nheiro do fundo para a compra de veículo de uso pessoal ou da família foi apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). De acordo com o texto, que recebeu substitutivo do relator, Waldeck Ornélas, essa possibilidade fica restrita ao titular da conta

de que já possua moradia própria. A terceira proposição, encaminhada pela Câmara, permite a utilização do FGTS para aquisição de lote urbanizado. O relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), acatou a idéia mas apresentou substitutivo ao texto original. Se o trabalho do relator for aprovado, a matéria terá de ser novamente submetida aos deputados depois de passar pelo Senado.

A CAS deve analisar ainda matérias que propõem a regulamentação de profissões de astrólogo e de artista de circo.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h30 — Recebe o senador Carlos Wilson, acompanhado de representantes da Unicamp
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 25/02, que denomina Delfino Araújo Macedo a subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte situada no município de Miracema do Tocantins (TO); PLC nº 46/02, que denomina Rodovia Ministro Alfredo Nasser a rodovia BR-153, do estado do Pará até o estado do Rio Grande do Sul; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários; e Pareceres nºs 889/02, que submete à apreciação do Senado o nome de João Otávio de Noronha para compor o Superior Tribunal de Justiça, e 890/02, que submete à apreciação do Senado o nome de José Leite Pereira Filho para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h — Comissão Mista destinada a examinar a MP que dispõe sobre parcelamento de débitos tributários de estados, do Distrito Federal, de municípios e de empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

14h30 — Comissão Especial do Rio São Francisco. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: destinada a homenagear o centenário do nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02 que altera a redação de parágrafo da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral da Previdência Social; PLS nº 141/99, que dispõe sobre a impenhorabilidade das máquinas e implementos agrícolas, entre outras matérias.

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — Comissão Mista de Orçamento. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado lembrará os dez anos da morte de Ulysses

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que seja realizada sessão solene para lembrar os dez anos da morte do deputado Ulysses Guimarães. Outro requerimento aprovado, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), destina parte de uma sessão ordinária para homenagear o primeiro presidente civil do Brasil,



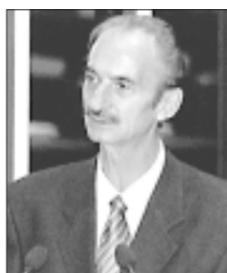
Deputado Ulysses Guimarães morreu em acidente de helicóptero

Prudente de Moraes, pelo centenário de sua morte.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do empresário goiano Manuel da Cunha Rego Madruga. O empresário era paraiibano e deficiente visual, e tornou-se, em Goiás, dono da maior empresa atacadista de tecidos do Brasil.

Sartori: negligência do PSDB a estados prejudicou Serra

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) atribuiu a negligência da cúpula nacional de seu partido em relação a Rondônia e outros estados a origem das dificuldades enfrentadas por militantes e candidatos na defesa da candidatura de José Serra à Presidência da República.



Sartori criticou a forma de divulgação das pesquisas eleitorais

— Por inúmeras vezes fui à direção nacional do meu partido. Procurei mostrar as dificuldades que o PSDB de Rondônia atravessava, demonstrei a falência dos nossos quadros e solicitei maior atenção da cúpula nacional. No entanto, não fui ouvido. Outros interesses certamente estavam em jogo — afirmou.

De acordo com Sartori, a própria vitória do candidato do PSDB,

Ivo Cassol, ao governo de Rondônia, “numa eleição acirrada”, deve-se mais à “obstinada luta” do ex-prefeito da cidade de Rolim de Moura do que ao apoio da direção nacional do partido.

PESQUISAS

Quanto às pesquisas de opinião, o senador afirmou que elas lhe causaram “graves prejuízos”. Segundo disse, a maneira como os levantamentos são divulgados induz os eleitores, já que muitos votam nos que são apontados como favoritos.

O mais preocupante, segundo Chico Sartori, é que em Rondônia as pesquisas de opinião pública costumam favorecer aqueles que as encomendam.

Autorizado o funcionamento de emissoras de rádio

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem decretos legislativos autorizando o funcionamento de nove emissoras de rádio comunitária. São elas: Fundação Cultural Saúde de Campos, de Campos dos Goytacazes (RJ); Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia (PB); Grêmio do Projeto Cultural, de Capivari (SP); Associação para o Desenvolvimento de Tabapuã (SP); Associação Comunitária de Joviânia (GO); Associação de Comunicação de Cachoeira Alta (GO); Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Simões Filho (BA); Associação Comunitária de Amparo Social de Aracatu (BA); e Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia (MT).

Trecho de rodovia no Maranhão terá nome de engenheiro

O Senado aprovou ontem projeto oriundo da Câmara dos Deputados que denomina Avenida Engenheiro Emiliano Macieira o trecho da BR-135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, no município de São Luís (MA).

Relator da matéria na Comissão de Educação (CE), o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) considerou o projeto oportuno e pertinente. “Figura de especial destaque na vida pública estadual, Emiliano Macieira ficou conhecido pela sua extraordinária capacidade de trabalho e espírito empreendedor”, afirmou o senador em seu parecer. A matéria agora vai à sanção presidencial.

Escolas deverão ensinar história afro-brasileira

Projeto aprovado ontem em Plenário determina a inclusão da disciplina no ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas

O Senado aprovou ontem projeto da Câmara que obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas. Estabelecimentos de ensino fundamental e médio deverão ministrar a disciplina, com o seguinte conteúdo programático: estudo da história da África e dos africanos; luta dos negros no Brasil; cultura negra brasileira; e contribuição desse povo na formação da sociedade nacional. A proposta vai agora à Comissão Di-

retora, para a redação final.

De autoria da deputada Esther Grossi (PT-RS), o projeto visa resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil. Pelo projeto, a disciplina deve ser ensinada no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira.

O projeto também estabelece que pelo menos 10% do conteú-

do programático anual ou semestral das matérias História do Brasil e Educação Artística devem ser constituídos por temas relacionados à cultura negra. Conforme a proposta, os cursos de capacitação dos professores dessas matérias deverão contar com a participação das entidades do movimento afro-brasileiro. Além disso, o calendário escolar comemorará 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Adiada decisão sobre hospital universitário

O Senado decidiu ontem adiar a votação do projeto que permite aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. Conforme a proposta — um substitutivo a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) —, os hospitais poderão destinar até 25% de seus leitos a pacientes pagantes ou que se encontrem cobertos por pla-

nos ou seguros de saúde.

Na mesma sessão, foi adiada a primeira discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que dispõe sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral da Previdência. A discussão foi adiada a requerimento dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Mauro Miranda.

A pedido da senadora Marina Silva (PT-AC), foi adiada a votação da proposta de emenda à Constituição que submete ao Senado o processo de demarcação de terras indígenas. O texto determina que a União continuará com a competência de demarcar as áreas, mas exige que o processo seja, obrigatoriamente, aprovado pelo Senado.

Luiz Pastore toma posse no lugar de Camata

O suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES), o empresário Luiz Pastore (PMDB-ES), tomou posse ontem no Plenário. Reeleito nas últimas eleições, Camata pediu licença do mandato de senador até o início da próxima legislatura, em fevereiro. “Honra, orgulho e responsabilidade. São esses os meus sentimentos ao assumir o mandato de senador num momento em que todos nós acabamos de exercer plenamente nossos direitos de cidadãos, ao eleger os governadores, senadores, deputados e o novo presidente da República”, afirmou.

Lembrando a origem italiana, Pastore relatou que, durante a construção de Brasília, seu pai instalou uma fábrica de móveis. Da empresa, disse, “saíram todos os móveis presentes nesta sala, todos os móveis do Congresso Nacional, do Palácio da



Luiz Pastore, entre Carlos Wilson e Emilia Fernandes, faz o juramento em sessão presidida pelo senador Ramez Tebet

Alvorada, do Palácio do Planalto e do Hotel Nacional”, todos eles no estilo projetado por Oscar Niemeyer.

— É muito grande a responsabilidade que representa este mandato. Por isso, dou início às minhas atividades nesta Casa com o compromisso de dar continuidade à luta do senador Gerson

Camata. Farei tudo para garantir às crianças e aos jovens capixabas o desenvolvimento responsável de nosso estado, preservando o meio ambiente, a qualidade de vida da população e o bem-estar social. E, ao fazê-lo em benefício de nosso estado, sei que o faço em benefício do Brasil — concluiu.

CCJ vota hoje emendas à reforma do Judiciário

Entre as mudanças sugeridas, está a que eleva a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos, de 70 para 75 anos. Segundo o relator, Bernardo Cabral, a mudança vem sendo defendida por inúmeros juristas

Justiça Desportiva nacional pode mudar para Brasília

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar, em uma de suas próximas reuniões, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que transfere para o Distrito Federal a sede do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). O senador observou que o projeto segue apenas um procedimento legal que recomenda a transferência — ou manutenção — de órgãos de caráter nacional para a capital do país. A sede atual é no Rio de Janeiro.

O projeto determina ainda que os membros do STJD e dos tribunais de Justiça Desportiva deverão, além de bacharéis em Direito, ser especialistas na área do esporte.

Os julgadores, de acordo com o projeto, também deverão ter vivência na área desportiva. Atualmente, a lei que instituiu normas gerais sobre o esporte estabelece apenas que os juízes sejam bacharéis em Direito ou pessoas de notório saber jurídico.

O relator da matéria é o senador Álvaro Dias (PDT-PR), presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou irregularidades no futebol brasileiro. Na opinião de Álvaro Dias, a transferência da sede do STJD para o Distrito Federal é oportuna e tem por objetivo dar maior transparência às suas decisões da Justiça Desportiva.

Tribunal é de caráter privado

De acordo com as Leis 9.615, de 1998 (Lei Pelé), e 9.981, de 2000, a Justiça Desportiva é uma instituição de direito privado, dotada de interesse público e vinculada às entidades (federações e confederações). Ao contrário do que se pensa, ela não é ligada a nenhum dos poderes republicanos — Executivo, Legislativo e Judiciário.

É integrada por três órgãos: o

Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), os tribunais estaduais de Justiça Desportiva e as comissões disciplinares. Eles funcionam como instâncias, sendo que o STJD é a última instância recursiva dos jogadores, clubes e árbitros. Os dois primeiros órgãos são compostos por nove membros, indicados conjuntamente pelas entidades, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pelos árbitros e atletas.

Álvaro Dias quer assegurar recursos para assentamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar projeto de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) assegurando recursos orçamentários para assentamentos da reforma agrária. O projeto estabelece que os investimentos públicos na área agrícola deverão ser aplicados com prioridade nesse setor. A matéria terá decisão terminativa na CAE, ou seja, só será examinada em Plenário mediante requerimento com esse fim, assinado por pelo menos nove senadores.

A proposta modifica a lei que trata da política agrícola e define o que pode ser considerado infra-estru-

tura prioritária dos assentamentos, como açudes, poços artesianos, mercados de produtores, estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, saneamento e lazer comunitário, entre outros.

Álvaro observa que, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo teria gasto, nos últimos sete anos, R\$ 13,2 bilhões em 4.275 assentamentos de reforma agrária, beneficiando 584 mil famílias. Mas as obras de infra-estrutura receberam apenas R\$ 100 milhões, o que não representa nem 1% de toda a verba destinada à reforma agrária, destaca o senador.

As 133 emendas apresentadas em Plenário à proposta de emenda constitucional (PEC) que reforma o Poder Judiciário deverão ser examinadas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Uma das alterações sugeridas é a que eleva de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

A mudança, conforme ressaltou o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), vem sendo defendida por juristas, entre eles o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello.

O texto da reforma, fruto de oito anos de discussão na Câmara e dois no Senado, cria mecanismos para tornar mais fácil o acesso à Justiça e mais rápida a tramitação dos processos. Seria instituído, por exemplo, o efeito vinculante para as decisões do STF, que passariam a valer para as demais instâncias do Judiciário.

A reforma também procura dotar o Judiciário de maior transparência, instituindo órgão de controle e ouvidorias nos estados. Além disso, impõe critérios mais rígidos



As sugestões apresentadas em Plenário serão relatadas por Bernardo Cabral, também presidente da comissão

para o ingresso na magistratura.

Entre as outras matérias da pauta da comissão está a proposta determinando que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas pelas duas Casas do Congresso. De autoria do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), a proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Outra proposta apresentada pelo senador Carlos Patrocínio a ser analisada pela comissão disciplina a aposentadoria de ocupantes de cargo em comissão. A matéria recebeu substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS). A CCJ deverá também examinar projeto de lei do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que altera o Có-

digo Penal, indicando hipóteses que configuram condição análoga à de escravo. O senador José Jorge (PFL-PE) ofereceu substitutivo à matéria.

A pauta inclui ainda projeto que institui a quarentena para ex-ocupantes de cargos públicos com acesso a informações privilegiadas. Conforme proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), pelo período de um ano após a

exoneração, ex-funcionários não poderão trabalhar na iniciativa privada.

A proposta visa atingir especialmente ex-diretores do Banco Central, que costumam ser recrutados por bancos privados. A medida também atinge ex-dirigentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), das agências reguladoras, da Secretaria da Receita Federal e do Departamento de Aviação Civil (DAC), entre outros órgãos. O projeto será votado em caráter terminativo. Se aprovado, segue para votação na Câmara, a não ser que haja recurso para apreciação no Plenário. O relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), emitiu parecer favorável.

Empresa deve ter reparação por dano moral

A reparação de danos morais poderá ter novo tratamento legal se for aprovado pelos deputados projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), já acolhido pelo Senado. O texto do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) disciplina o instituto do dano moral e oferece aos juízes os parâmetros para fixar as indenizações nessas ações.

O relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), explica que o projeto complementa dispositivo constitucional que assegura a reparação de danos materiais e morais — itens V e X do art. 5º. A proposta conceitua o dano moral como “a ação ou omissão que ofenda o patrimônio moral da pessoa física ou jurídica, e dos entes políticos, ainda que não atinja o seu conceito na coletividade”.

Simon ressaltou em seu parecer que a inclusão das pessoas jurídicas e dos entes políticos no rol dos que podem pedir indenização por dano moral “atende uma antiga reivindicação doutrinária”. Observa que os tribunais têm-se inclinado ao reconhecimento desse direito e cita sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cuja ementa assinala que a honra objetiva da pessoa jurídica “pode ser ofendida pelo protesto indevido de título cambial, cabendo indenização pelo dano extrapatrimonial decorrente”.

Pela proposta, o juiz poderá fixar a indenização a ser paga a cada um dos ofendidos em três níveis. O primeiro, até R\$ 20 mil, se for caracterizada uma ofensa

de natureza leve. O segundo estabelece uma variação entre R\$ 20 mil e R\$ 90 mil. As ofensas de natureza grave poderão ser indenizadas de R\$ 90 mil até o limite de R\$ 180 mil. O projeto institui o prazo de seis meses para o ajuizamento da ação indenizatória, a contar da data do ato ou omissão lesiva ao patrimônio moral.



Já aprovada pelo Senado, proposta de Antonio Carlos Valadares aguarda votação na Câmara

Lula quer diálogo permanente com o Congresso

Presidente da República eleito visita o Parlamento menos de 48 horas depois da consagração nas urnas e afirma que o entendimento é fundamental para o sucesso de seu governo. Ramez Tebet destaca que Casa está sempre aberta

Menos de 48 horas depois da consagração nas urnas, o presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou o Congresso. Veio, segundo ele próprio, deixar claro que o entendimento com o Legislativo será fundamental para o sucesso de seu governo. Lula reuniu-se primeiramente com o presidente do Senado, Ramez Tebet, e vários senadores, que interromperam a sessão plenária de ontem e foram ao gabinete de Tebet desejar boa sorte ao presidente eleito.

O trajeto de Lula, da entrada subterrânea do Senado até o gabinete da Presidência, foi marcado por grande emoção. Cerca de 500 pessoas o esperavam na chapelaria e no Salão Azul. Houve aplausos, um coro e pedidos de aperto de mão. Sorridente e sem se importar muito com o esquema de segurança, cumprimentou admiradores e chegou a afagar alguns conhecidos.

Logo depois, suando muito, o presidente eleito foi cumprimentado por senadores de partidos diversos, e até deputados, que preferiram não esperar a visita que ele faria em seguida à Câmara. Tratou com especial atenção o senador e deputado eleito Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB).

Acompanhado de seu vice, o senador José Alencar (PL-MG), do senador eleito Aloysio Mercadante (PT-SP) e do deputado José Dirceu, Lula manifestou a disposição de manter diálogo constante e permanente com o Congresso.

— O Brasil precisa dar uma chance a si mesmo e recuperar a capacidade produtiva, mas esse



Acompanhado de seu vice, senador José Alencar, Lula é recebido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet

trabalho não pode ser feito só por uma pessoa — disse Lula, que anunciou o nome do senador Tião Viana (PT-AC) para ser o interlocutor no Senado da equipe de transição, a ser coordenada pelo prefeito licenciado de Ribeirão Preto, Antonio Palocci. O interlocutor na Câmara será o deputado

bom relacionamento com o Senado e a Câmara mesmo antes da posse. Informou que o senador Tião Viana começará logo a conversar com os demais líderes partidários sobre as prioridades do novo governo.

A lei orçamentária, que deve ser votada até 15 de dezembro e de-

termina o Orçamento da União para 2003, será o principal alvo de negociação em um primeiro momento, afirmou Lula. Segundo Ramez Tebet, o presidente eleito tem interesse em modificar a lei orçamentária porque ela será “o espelho de como ele vai governar”.

— Se tiver que promover alterações, isso será feito por meio dos partidos políticos que venham a apoiar Lula. O objetivo é que o novo presidente tenha o orçamento que desejar e considerar melhor para o Brasil, mas isso depende de aprovação do Congresso — alertou Tebet.

Receberam Lula todos os senadores presentes na Casa, entre eles Tião Viana, Romeu Tuma (PFL-SP), Jefferson Péres (PDT-AM), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Osmar Dias (PDT-PR), Carlos Wilson (PTB-PE), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Romero Jucá (PSDB-RR), Emília Fernandes (PT-RS) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Receberam Lula todos os senadores presentes na Casa, entre eles

Receberam Lula todos os senadores presentes na Casa, entre eles

Receberam Lula todos os senadores presentes na Casa, entre eles

Receberam Lula todos os senadores presentes na Casa, entre eles

Para Maguito, Legislativo deve apoiar ações sem nada exigir

O Congresso Nacional deve apoiar as iniciativas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva sem exigir nada em troca, propôs ontem o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

— Chegou o momento de o Congresso Nacional acabar com a política do toma-lá-dá-cá — afirmou o representante goiano.

Para Maguito, os parlamentares devem permitir que o futuro presidente escolha livremente ministros e assessores. Também deve partir dele a definição sobre as reformas que precisam primeiro ser votadas, entre elas a tributária e a previdenciária.

O senador destacou que o primeiro ato do presidente eleito foi anunciar a criação da Secretaria de Emergência Social, o que “mostra seu compromisso com os mais pobres, os famintos e os necessitados desse país”. Para Maguito, essa primeira providência “é sinal de que a mudança vai mesmo chegar”.

Somente ações concretas, como



Maguito Vilela ressaltou compromisso de Lula com os mais pobres

as que serão exercidas pela secretaria, afirmou o senador, podem pôr fim à miséria que alcança mais de 30 milhões de brasileiros. Ele ressaltou que a secretaria terá verba de R\$ 5 bilhões já no ano que vem, a ser aplicada em programas de distribuição de leite e de

incentivo à produção de alimentos para o consumo popular.

Maguito disse ainda que o presidente eleito é uma pessoa perseverante, sensível, madura, corajosa e competente. Acrescentou que Lula “cercou-se dos melhores, porque sabe que sozinho ninguém sabe nada”, citando como exemplo o vice-presidente eleito, senador José Alencar (PL-MG), para ele um político exemplar, além de industrial vitorioso.

Maguito destacou a votação de Lula na cidade natal do senador, Jataí (GO), onde o presidente eleito obteve 71% dos votos no segundo turno. Maguito declarou haver votado no candidato do PT desde o primeiro turno.

Mauro Miranda aponta vitória do povo brasileiro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) saudou o presidente eleito dizendo que o triunfo de Luiz Inácio Lula da Silva representou a vitória do povo brasileiro, especialmente dos mais pobres. “Sua primeira providência foi criar a Secretaria de Emergência Social,

para dar um alento, justamente, aos mais necessitados”, apontou.



Segundo Mauro, a democracia brasileira mostra amadurecimento

defender os interesses genuinamente nacionais.

Segundo o senador, mesmo os partidos políticos que não disputaram as eleições ao lado de Lula, como o PMDB, PSDB e PFL, já estão manifestando sua disposição de trabalhar com o novo governo, para garantir a paz e tranqüilidade da população brasileira e

Para Mauro, todos os segmentos importantes da sociedade foram unânimes em demonstrar seu entusiasmo diante do amadurecimento da democracia brasileira, representado por eleições diretas, livres e disputadíssimas.

Mauro manifestou fé e otimismo no novo governo do PT, destacando o acerto da disposição de Lula de procurar, logo nos primeiros dias depois de sua vitória, entrosamento com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com os presidentes do Senado e da Câmara.

Começa a era da esperança, destaca Emília

Em sua saudação pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, a senadora Emília Fernandes (PT-RS) afirmou que o país passa a viver agora a era da esperança. De acordo com a senadora, o povo rompeu de forma pacífica com o modelo social implantado há 502 anos.

— Pela primeira vez em nossa história, um ex-operário, pobre, nordestino, legítimo representante do povo mais humilde que compõe nossa sociedade, foi eleito presidente — disse, acrescentando que “o povo percebeu que a mudança que todos almejam só

poderia ser concretizada por alguém desligado dos velhos hábitos da política”.

Emília citou a cientista política Maria Victoria Benevides, para quem a eleição de uma liderança popular e de esquerda no Brasil causará grande impacto mundial. A senadora lembrou que o povo brasileiro optou por um governo que terá como eixo o social, destacando que o



Emília Fernandes: povo rompeu com modelo social de 502 anos

compromisso de Lula é investir, desde o primeiro dia de governo, no combate à fome, tendo já anunciado a criação da Secretaria de Emergência Social.

O combate à fome, frisou a senadora, está entre as chamadas políticas estruturais, voltadas à redistribuição de renda, ao crescimento da produção, à geração de empregos, à reforma agrária e ao apoio efetivo à agricultura, e as chamadas políticas compensatórias de emergência.

Fraga: acordo com FMI resgatou confiança no país

Em reunião com senadores e deputados, presidente do Banco Central afirma que os recursos obtidos junto ao Fundo darão tempo para que o novo governo construa um “quadro mais tranqüilo na administração do país”

O presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, afirmou que o último acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com crédito de US\$ 30 bilhões para o Brasil, foi fundamental para superar a crise de confiança que o país atravessou este ano. Conforme disse, esse dinheiro dará tempo para que o novo governo possa “construir um quadro mais tranqüilo” para a administração do país.

As afirmações de Fraga foram feitas na reunião conjunta com os senadores das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) e os deputados das comissões de Economia, Indústria Comércio e Turismo e de Fiscalização Financeira e Controle. Ele cumpriu o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que dá prazo de 90 dias, após o encerramento de cada semestre, para que o BC apresente avaliação sobre o cumprimento das políticas monetária, creditícia e cambial. É a quinta vez que Fra-

ga vem ao Congresso com esse objetivo.

O presidente do BC informou que, de dezembro do ano passado a junho deste ano, a dívida líquida do setor público elevou-se em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional, passando de 53,25% para 58,1%. Arminio Fraga disse ter certeza de que a relação entre a dívida e o PIB passará a apresentar curva descendente a partir do próximo ano. Apenas em 2011, prevê, essa relação deve retornar a 54,9%.

Fraga afirmou que, desde abril, o país enfrentou “um turbilhão de problemas”. Entre eles, citou a crise de confiança no mercado acionário devido às fraudes contábeis de grandes empresas americanas e européias; a recessão global; a aversão a risco da comunidade internacional em relação a países emergentes; e a pressão de preços administrados, com reajustes nas tarifas contratuais e pressões da alta de preços do petróleo.

Dessa crise de confiança decorreu uma crise de crédito que levou o BC a dificuldades para rolar os vencimentos da dívida. Assim, o banco adotou medidas paliativas para empreender a rolagem, como o encurtamento de prazo da dívida e o aumento do compulsório para depósitos à vista, a prazo e em poupança, além da introdução de *swaps* cambiais em substituição aos títulos cambiais (no contrato de *swap*, além da valorização cambial, são pagos juros).

PRAZOS MAIS CURTOS

Fraga informou que, em dezembro de 1999, 53% da dívida doméstica venciam em um período de 12 meses, percentual que caiu pela metade em setembro de 2001 (27%). Mas todo esse trabalho de alongamento do prazo da dívida, disse, apenas possibilitou uma margem de manobra para o lançamento de novos títulos com prazos mais curtos. Em setembro deste ano, 41,1% já tinham de ser resgatados no período de um ano.

O resultado final do BC, informou Fraga, foi negativo em R\$ 10,9 bilhões no primeiro semestre do ano passado. De acordo com ele, esse resultado decorreu dos ajustes, a valor de mercado, da carteira de títulos públicos federais. Esses ajustes, que sozinhos representaram saldo negativo de R\$ 10,4 bilhões, refletem principalmente, segundo afirmou, o aumento significativo nas taxas de desconto para os títulos indexados a moeda estrangeira.



Arminio Fraga, entre o senador Amir Lando e o deputado José Carlos Aleluia, avalia o cumprimento das políticas monetária, creditícia e cambial

Para deputado, política monetária é causa de desajuste

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) disse que o relatório do Banco Central (BC) sobre as políticas monetária, creditícia e cambial e o impacto fiscal de suas operações, apresentado pelo presidente da instituição, Arminio Fraga, comprova a tese de que o desajuste nas contas brasileiras é causado pelo custo da política monetária, e não pelo sistema previdenciário do país.

Citando dados do relatório de Arminio Fraga, Sérgio Miranda informou que o prejuízo registrado pelo BC no primeiro semestre de 2002 chegou a 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB). No mesmo período, segundo o deputa-

do, o déficit da Previdência representou 1,5% do PIB. Ele acrescentou que, diante desses números, não entende por que se fala tanto na necessidade de uma reforma da Previdência e não no BC.

— O prejuízo do Banco Central de 1999 para cá, desde que Arminio Fraga assumiu a presidência, chegou a R\$ 25,7 bilhões, todo ele bancado pelo Tesouro Nacional. E não há nenhuma restrição monetária. Enquanto James Bond tem licença da Coroa Inglesa para matar, o presidente do Banco Central tem licença do governo brasileiro para gastar — afirmou.

Em resposta, Fraga revelou que também é favorável à imposição

de limites na atuação do Banco Central. Mas lembrou que as decisões tomadas pelo governo brasileiro e pelo BC permitiram ao país atravessar uma crise cambial sem apresentar resultado negativo no seu PIB, diferentemente do que ocorreu na Argentina, Uruguai, México e alguns países asiáticos.

Arminio Fraga também registrou que a avaliação do desempenho do Banco Central “transcende ao seu prejuízo contábil”. Ele disse que, no período de hiperinflação no Brasil, o BC sempre apresentou lucros estratosféricos, “e nem por isso esses números trouxeram prosperidade”, destacou.



Segundo Eduardo Guardia (C), secretário do Tesouro, governo já havia obtido economia de R\$ 29,9 bilhões até o final de setembro

Meta fiscal foi cumprida, diz secretário do Tesouro

O secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guardia, informou ontem à Comissão Mista de Orçamento que o Executivo praticamente cumpriu até o final de setembro a meta de superávit fiscal primário (que exclui os pagamentos com juros) prevista em lei para este ano. Até 30 de setembro, o governo federal havia obtido economia de R\$ 29,9 bilhões, quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê a meta de R\$ 30,7 bilhões.

O secretário foi à comissão para falar do cumprimento das metas fiscais do governo, como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele informou que a administração Fernando Henrique Cardoso deverá deixar em 31 de dezembro restos a pagar do Orçamento de aproximadamente R\$ 11 bilhões. Ele ouviu protestos de deputados da oposição

— Restos a pagar nesse valor é uma coisa impensável — afirmou o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG). Guardia explicou que se trata de dinheiro que passa de um ano para outro, geralmente já com autorização de empenho. Ou seja, os ministérios já ficam autorizados a gastar o dinheiro assim que começa o novo ano. O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) registrou que o go-

verno não cumpriu totalmente a meta fiscal até o fim de agosto, pois, disse, faltaram R\$ 200 milhões para o superávit prometido na LDO.

O secretário do Tesouro observou que via com satisfação que um parlamentar opositor estava cobrando do governo o cumprimento das metas fiscais, pois “até pouco tempo atrás” elas eram criticadas.

LIBERAÇÃO

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) cobrou a liberação das verbas orçamentárias e lamentou que o projeto de Orçamento seja “cada vez mais uma peça de ficção”. Ele defendeu uma mudança na lei para que o Orçamento seja impositivo, obrigando o Executivo a cumprir integralmente a lei orçamentária.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), afirmou que os parlamentares colaborarão com a fase de transição do governo FHC para o de Lula. Serão discutidas mudanças, afirmou, que a equipe de transição do futuro governo vier a propor no projeto de Orçamento de 2003. O líder do PSDB na comissão, deputado Alberto Goldman (SP), manifestou a mesma disposição.

Suassuna quer União cobrando dívidas vencidas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Receita Federal, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Central, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e outros órgãos e empresas estatais têm a receber cerca de R\$ 320 bilhões em dívidas de empresas privadas e pessoas físicas, o que seria suficiente para oxigenar os cofres públicos na transição de governo. “Se o apelo da Justiça Federal por verbas para informatização de seus trabalhos, em suas cinco regiões, fosse atendido, seria possível à União receber de 10% a 20% desse total imediatamente”, disse o senador.

Suassuna quer também uma reforma patrimonial de emergência. Ele lembrou que o INSS, por exemplo, tem entre 5 e 6 mil imóveis praticamente inúteis em todo o país, com alugueis “ridículos”, alguns de apenas R\$ 100, quando só o seguro pago pela manutenção chega a R\$ 2 mil. A Caixa Econômica Federal também tem centenas de imóveis que dão somente prejuízo. “Eu só consigo enxergar este quadro com olhos de administrador, de empresário, e fico assustado com o prejuízo, com o desperdício”, disse Suassuna.

— É preciso fazer o que fizemos no primeiro governo Fernando Henrique, quando reunimos os presidentes do BB, da Caixa, do BC, do Serpro, do INSS, o secretário da Receita Federal e os ministros da Fazenda e do Planejamento. Fizemos um levantamento dos créditos da União e descobrimos, por exemplo, que a Caixa tinha R\$ 4 bilhões em causas ganhas. É preciso um esforço para reunir todos novamente — apelou o senador.



Roosevelt Pinheiro

Para Suassuna, recebimento de dívidas poderá oxigenar os cofres públicos



Márcia Kalume

Líderes dos partidos na Comissão Mista de Orçamento discutem data para conclusão dos trabalhos, em reunião realizada ontem à noite

PT pretende mudar por emendas prioridades do Orçamento de 2003

Proposta orçamentária não sofrerá atrasos e deverá estar concluída até 15 de dezembro, conforme asseguraram ontem líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento

O Partido dos Trabalhadores vai ajustar por emendas o projeto de Orçamento de 2003, já em tramitação no Congresso, para que ele reflita as prioridades do futuro governo Luiz Inácio Lula da Silva. Líderes partidários na Comissão Mista de Orçamento reuniram-se na noite de ontem e decidiram que a votação da proposta orçamentária não sofrerá atrasos e deverá ser encerrada até o dia 15 de dezembro.

— O Orçamento terá a marca do governo FHC, mas com prioridades do governo Lula. Vamos trabalhar para que o salário mínimo

a ser previsto no Orçamento fique em R\$ 240, e não em R\$ 211, como a proposta chegou ao Congresso — afirmou o deputado Jorge Bittar (RJ), que representa o PT na Comissão de Orçamento.

O senador Tião Viana (PT-AC), que também participou da reunião, afirmou que o PT reivindicará a indicação de um parlamentar para relatar os assuntos de educação, o que deve ocorrer ainda hoje.

— Este é um assunto que interessa muito de perto ao PT — afirmou o parlamentar.

Ficou acertado no mesmo en-

contro que a comissão deverá votar hoje o relatório preliminar apresentado pelo senador Sérgio Machado (PMDB-CE).

SALÁRIO MÍNIMO

O deputado Jorge Bittar informou que o dinheiro para bancar o salário mínimo de R\$ 240, “caso seja possível”, poderá sair de uma reestimativa da arrecadação tributária e de remanejamentos de verbas. O representante do PT, que participará da equipe de transição do governo Lula para tratar de assuntos orçamentários, admitiu ainda que as verbas para o programa de combate à fome pro-

posto pelo presidente eleito poderão sair não apenas do Fundo de Combate à Pobreza, já existente, mas também de possíveis remanejamentos dentro do Orçamento.

Jorge Bittar ponderou que o Orçamento 2003 foi proposto pelo Executivo ainda em agosto e, desde então, a situação econômica piorou, inclusive com uma elevação nas taxas de juros básicos pagos pelo governo — de 18% para 21%.

— O Orçamento já era apertado. Agora, fica ainda mais difícil arrumar dinheiro — disse ele.

Esforço junto aos líderes para ampliar recursos da área social

Como líder em exercício do PT no Senado, o senador Tião Viana (AC) será um dos coordenadores no Congresso dos trabalhos da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Ontem, após a visita de Lula ao Senado, Tião Viana disse que a discussão do Orçamento da União de 2003 será a prioridade.

— Vamos ouvir os líderes partidários e discutir a recuperação das receitas com atenção nas áreas sociais — anunciou.

O senador informou que os parlamentares dos partidos alia-

dos de Lula deverão encontrar o “suporte orçamentário e legislativo” para a criação da Secretaria de Emergência Social, anunciada na segunda-feira pelo presidente eleito. O órgão teria como principal incumbência combater a fome que, segundo os cálculos do PT, atinge 40 milhões de brasileiros. Os recursos para o funcionamento da secretaria viriam do Fundo de Combate à Pobreza (R\$ 4,5 bilhões).

O senador frisou que o trabalho no Congresso será o de criar as condições políticas para a dis-

cusão de uma agenda de votações de “assuntos de interesse nacional”, que incluiria, além do Orçamento, a reforma do Judiciário (tramitando no Senado), e a nova regulamentação do sistema financeiro nacional (na Câmara). Além desses pontos, pode ser discutido também projeto que trata da autonomia do Banco Central.

Questões que precisam ser definidas antes da votação do Orçamento, como o valor do salário mínimo, serão discutidas no Congresso Nacional após a sinalização da equipe de transição.



Geraldo Magela

Tião Viana é um dos coordenadores, no Congresso, da equipe de transição do governo

Educação acolhe projeto que unifica leis sobre feriados

Se aprovada no Plenário do Senado, proposta oriunda da Câmara dos Deputados será encaminhada à sanção do presidente da República

A Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que unifica a legislação sobre feriados nacionais, a serem comemorados nos dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro. Se a proposta receber a aprovação do Plenário, será encaminhada à sanção presidencial.

Em seu voto favorável, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), relator, afirma que o projeto tem o mérito de simplificar a legislação e de formalizar a revogação de uma lei de 1950 que inclui entre os feriados o dia de eleições gerais. Como recorda, a atual Constituição estabelece a realização de eleições no primeiro domingo de outubro.

Durante a discussão do projeto, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) ressaltou sua posição favorável à inclusão de 2 de novembro entre os feriados nacionais, uma vez que em todo o país milhões de famílias dedicam essa data à memória de seus mortos.



Comissão de Educação também aprovou concessões para emissoras de rádio em todo o país

Por sua vez, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou que a proposta regulamenta uma prática já corrente em Minas Gerais, de celebrar em 21 de abril a memória dos precursores da Independência.

Os integrantes da CE rejeitaram, por unanimidade, projeto de lei de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que torna obrigatória a inclusão, nos endereços dos sites nacionais da Internet, de palavra ou abreviatura que indique conteúdo de violência ou sexo. De acordo com parecer contrário do relator, senador José Jorge (PFL-PE), a medida proposta dificilmente poderia ser colocada em prática.

O presidente da comissão, sena-

dor Ricardo Santos (PSDB-ES), concedeu vista coletiva de dois projetos: o que prevê a inclusão de canal reservado ao Tribunal de Contas da União (TCU) na lei da televisão a cabo e o que prevê reunião semanal de estudos pelos profissionais de educação. Foi adiada, a pedido do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), a votação de proposta de criação da disciplina Noções de Cidadania no ensino fundamental e médio.

CONCESSÕES

Foram aprovados ainda pela Comissão de Educação pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em municípios de diversos estados.

CAS analisa regulamentação da atividade de "sommelier"

Está em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que regulamenta a profissão de *sommelier* (pessoa especializada em vinhos). A relatora da matéria é a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). O projeto assegura o exercício da profissão aos portadores de comprovante de habilitação em cursos ministrados por instituições oficiais ou privadas e aos que comprovarem a atuação na área há mais de três anos.

Além disso, se aprovado o projeto, os candidatos ao exercício

dessa atividade passarão por exame na Associação Brasileira de Sommeliers. Serão atividades privadas dos profissionais habilitados ministrar cursos na área e aconselhar o consumidor em restaurantes, enotecas e estabelecimentos que sirvam vinhos. O projeto fixa o piso salarial da profissão em R\$ 525 e determina jornada de trabalho de 44 horas semanais.

Ao justificar a proposta, Lobão ressaltou que, no momento em que o Brasil busca aumentar as exportações e incrementar o turismo, é necessário incentivar a cultura do



Edison Lobão afirma que Brasil deve incentivar a cultura do vinho e profissões a ele relacionadas

vinho e as profissões relacionadas, uma vez que a regulamentação da profissão de *sommelier* melhora a imagem das indústrias vinícola e turística nacionais.

Baleia franca pode se tornar símbolo do ecoturismo no país

Já se encontra na Câmara dos Deputados, aguardando votação, projeto de lei de autoria do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) que adota a baleia franca como símbolo nacional do ecoturismo. Esse tipo de cetáceo, segundo o senador, é um dos mais fáceis de serem abatidos e foi vítima da caça predatória, chegando a ser considerado extinto em águas brasileiras nos anos 70.

Na avaliação de Maldaner, nada mais justo do que tornar a baleia franca – que chega a medir 18 metros de comprimento e pesa, em média, entre 40 a 60 toneladas – símbolo nacional do ecoturismo, atividade que tem como princípios básicos a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Maldaner lembrou que a baleia franca começou a ser avistada novamente no litoral brasileiro no início da década de 80, principalmente entre o Cabo de Santa Marta (SC) e a Ilha de Santa Catarina, áreas consideradas como das mais importantes em todo o mundo para a reprodução desse tipo de baleia. O reaparecimento da espécie, conforme observou, deveu-se ao trabalho de preservação desenvolvido por organizações voltadas ao estudo e à proteção dos cetáceos, como o Projeto Baleia Franca e o Instituto Baleia Franca.

No entender de Maldaner, o reaparecimento da espécie em águas brasileiras tem de tudo para incrementar o chamado turismo de observação de baleias. Esse tipo de turismo movimentou em 1999



Já aprovado pelos senadores, projeto de Casildo Maldaner aguarda votação na Câmara

algo em torno de US\$ 1 bilhão em 87 países, segundo o senador. Ele defendeu a realização, pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), de uma campanha internacional destinada a incrementar o turismo de observação de baleias, principalmente na Região Sul.

Em agosto, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em caráter terminativo o projeto. O relator da matéria, senador José Fogaça (PPS-RS), argumentou que a adoção da baleia franca como símbolo nacional do ecoturismo irá significar o coroamento de anos de luta de todos aqueles que se dedicaram a salvar esse cetáceo, "além de despertar cada vez mais a sociedade para a valorização e a preservação da espécie". Como não houve recurso contra a decisão da CCJ para que ela fosse submetida ao Plenário do Senado, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados.

Caça à baleia foi proibida em 1980, durante governo Sarney

Até o início do século passado, os baleeiros matavam a baleia franca em busca de seu óleo, utilizado na iluminação pública de cidades como o Rio de Janeiro, então capital do país. O óleo também era usado como poderoso ligante de argamassa para construções.

Em 1930, começaram a surgir acordos internacionais destinados à preservação da espécie. Mas a cobiça dos baleeiros se impôs e a matança perdurou até a década de 70. Em 1973, a baleia franca desapareceu da costa brasileira, sendo, por muitos, considerada extinta em águas nacionais.

No início dos anos 80, surgiram indícios da existência de uma população sobrevivente no litoral de Santa Catarina. Nascia, então, o Projeto Baleia Franca, destinado a preservar a espécie. Em 1987, durante o governo de José Sarney, foi proibida definitivamente a caça desse tipo de baleia em toda a costa brasileira. Em 2000, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca em Santa Catarina, que abrange 156,1 mil hectares.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson